



## CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Jacqueline Praxedes de Almeida  
jacquepdealmeida@yahoo.com.br

---

Doutora em Ciências da Educação pela  
Universidade de Évora. Professora Adjunta da  
Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Av.  
Lourival Melo Mota, S/N - Bloco 6 (IGDEMA) -  
Tabuleiro do Martins. Maceió/AL. CEP  
57072-970

Denis Rocha Calazans  
denisrc1@yahoo.com.br

---

Mestre em Recursos Hídricos e Saneamento.  
Professor Adjunto do Instituto Federal de  
Alagoas (IFAL) - Campus Maceió. Rua Mizael  
Domingues, 75 - Bloco Principal (CCHT),  
Centro. Maceió /AL. CEP 57020-600

### RESUMO

O estágio supervisionado, componente curricular obrigatório nos cursos de formação docente, deve caminhar no sentido da inserção da prática da pesquisa na formação de um educador crítico, reflexivo e produtor de conhecimento. A concepção de um educador para atuar na contemporaneidade deve contemplar a preparação para auxiliar na construção de uma escola inclusiva, voltada para a formação de um pensamento democrático e cidadão. Assim, os licenciandos do curso de Geografia Licenciatura, que cursavam a disciplina Estágio Supervisionado II, foram inseridos em uma pesquisa desenvolvida na escola campo de estágio que buscava as percepções dos seus alunos sobre preconceito de gênero, social e de orientação sexual. Não se pretende neste trabalho discutir os temas abordados nessa investigação, mas as contribuições advindas da prática da pesquisa realizada no estágio. Os estagiários participaram de todas as etapas da pesquisa, desde a elaboração de questionários até a apresentação dos resultados à comunidade escolar. Neste estudo de natureza qualitativa, optou-se pela análise do conteúdo e categorização, utilizando como instrumento de recolha de dados o questionário. Ao longo do desenvolvimento do trabalho, os estagiários foram confrontados com seus próprios preconceitos e levados a repensar seus valores e a refletir sobre seu papel como educador.

### PALAVRAS-CHAVE

Estágio Supervisionado, Pesquisa, inclusão, Formação do professor de Geografia.

## RESEARCH CONTRIBUTIONS IN THE SUPERVISED INTERNSHIP IN SHAPING THE GEOGRAPHY TEACHER

### ABSTRACT

The supervised internship, mandatory curricular component in teacher training courses, must walk towards the practice of research on the formation of a critical, reflective educator and producer of knowledge. The design of an educator to work in contemporary times should contemplate the preparation to assist in building an inclusive school, toward the formation of a democratic and thinking citizen. Thus, the students of the course of Geography Degree, who attended the discipline Supervised Internship II, were included in a survey developed at school internship field seeking his students' perceptions about gender, social prejudice and sexual orientation. It is not intended in this paper to discuss the themes addressed in this investigation, but the contributions arising from the practice of research carried out on stage. Trainees participated in all stages of research, since the drafting of questionnaires to the submission of the results to the school community. In this study of qualitative nature, the content analysis and categorization, using as a tool for data collection the questionnaire. Throughout the development of the work, the trainees were confronted with their own prejudices and taken to rethink their values and to reflect on its role as an educator.

### KEYWORDS

Supervised internship, Research, Inclusion, Formation of Geography teacher.

### Introdução

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.” (Nelson Mandela)

O estágio supervisionado, componente curricular obrigatório nos cursos de licenciatura, é um momento fundamental no processo formativo do futuro professor, devendo oportunizar ao licenciando o exercício da atividade profissional na realidade em que vai atuar. Para Pimenta e Lima (2011), o estágio deve possibilitar o trabalho com aspectos que são indispensáveis à construção da identidade, dos saberes e das posturas específicas ao exercício da profissão docente.

Durante muito tempo, o estágio se resumiu em enviar os licenciandos às escolas para que esses colocassem em exercício as técnicas aprendidas durante o curso, sem que houvesse espaço para reflexão sobre essa prática. Inserido em um sistema de formação docente que seguia a fórmula conhecida como “3+1”, o licenciado só tinha contato com as disciplinas de natureza pedagógica no último ano do curso, no qual também se

centralizava o estágio supervisionado. Nessa concepção de formação docente, o estágio supervisionado era tratado como uma ação desconectada do pensar sobre a prática, caracterizando-se por ser de curta duração e pontual. Assim, segundo Pimenta e Lima (2011), o estágio, nessa perspectiva, reduzia-se a observação e imitação (sugestão, repetição) dos professores regentes sem que houvesse uma análise crítica, fundamentada teoricamente, da realidade na qual se dava o processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, a prática se transformava em uma atividade de reprodução daquilo que era considerado positivo e correto e se caracterizava como sendo o único contato dos futuros professores com o cotidiano escolar em todo o curso.

Na perspectiva atual, busca-se superar a concepção de um estágio reservado apenas para a prática em detrimento da dimensão teórica dos conhecimentos, para um entendimento do estágio supervisionado como sendo um momento no qual deve haver uma relação entre a teoria e a prática, além da reflexão sobre a atividade profissional. Segundo Cury (2003), o estágio deve apresentar uma relação teoria/prática como método processual capaz de promover a compreensão descritiva, analítica e problematizadora da práxis, sempre numa perspectiva da formação de um profissional reflexivo, centrada na ação/reflexão/ação, que estimule, nos futuros docentes, o exercício da avaliação do seu fazer pedagógico e da sua atuação enquanto educador.

Demo (1994, p. 19) salienta que a “universidade é lugar privilegiado da pesquisa, não um monte de salas de aula, onde alguns apenas ensinam, e a maioria apenas aprende”. O autor ainda ressalta que as universidades devem superar o desafio da pesquisa apenas com um princípio científico, mas enxergá-la também como um princípio educativo (DEMO, 1994). Nessa acepção, “a pesquisa como princípio educativo [...] faz dos professores [...] educadores, além de construtores de conhecimento” (DEMO, 1996, p. 62).

É nesse contexto que, segundo Suertegaray (2009, p. 109), não se enquadra mais a “[...] dualidade bacharel *versus* licenciado, conhecer *versus* transmitir, pesquisar *versus* transpor”, ainda, segundo a autora, procura-se na atualidade superar a dualidade pesquisa *versus* ensino, buscando-se inserir nos cursos de formação docente a concepção do professor-pesquisador, introduzindo a prática da pesquisa como elemento fundamental na educação de professores, pois, segundo Demo (1994, p. 24), “Um professor destituído de pesquisa, incapaz de elaboração própria é ente fossilizado, resto que reproduz restos”. Assim, a prática da pesquisa nos cursos de formação docente vem como uma possibilidade de formar um profissional da educação que seja ativo, criativo e inovador, motivando esses futuros professores da Educação Básica a se tornarem agentes

produtores de conhecimento, pois são esses profissionais “[...] que têm experiência cotidiana com problemas de sala de aula, [mas], no entanto, não dispõem de meios formais para que seus conhecimentos se tornem literatura sobre ensino” (PASSINI, 2007, p. 9). Nesse contexto, o desenvolvimento da prática da pesquisa na formação docente vem como possibilidade para superar essa dificuldade. A inserção da prática da pesquisa no estágio supervisionado é uma das possibilidades de ajudar aqueles que serão os futuros docentes da Educação Básica a gerar conhecimentos e a divulgá-los. Firmino e Moraes (2011, p. 3) confirmam essa necessidade quando afirmam que a incorporação da pesquisa no estágio

[...] promove diretamente a articulação da prática e teoria, tornando os processos vivenciados na escola em produtos da pesquisa feita no ambiente escolar. Dessa forma, investir em estudos que compreendam a pesquisa como eixo da produção de conhecimento e os estágios como eixo da articulação teoria/prática, é essencial para as melhorias [...] curriculares dos cursos de licenciaturas.

Concordando com as palavras de Lüdke e Cruz (2005, p. 26), a iniciação da prática da pesquisa nos cursos de licenciatura é primordial para que os futuros professores se posicionem “[...] em uma atitude de análise, produção e criação a respeito da sua ação ao enfrentar situações desafiadoras”. Dentro dessas questões, podemos inserir os temas ligados ao preconceito e à discriminação. Existe uma necessidade dos cursos de licenciatura contribuir para uma desconstrução de ideias preconcebidas que os futuros educadores trazem consigo e que podem levá-los a transpor para sua prática docente atitudes de suspeita, intolerância e aversão a outras etnias, religiões, a diferença de gênero, a diversidade sexual, etc. Em outras palavras, há a necessidade de os cursos de formação docente, segundo Sayão e Pelizolli (2012), ofertar ao futuro professor a possibilidade de romper a cegueira que os envolve, habilitando seus olhares para ver o que normalmente lhes passa despercebido, ou seja, criar condições para que os professores se tornem cientes de que se encontram imersos em um mundo e em um contexto de insensibilidade, no qual inúmeras formas de violência, injustiça e opressão contra os outros e a sociedade lhes são, na maioria das vezes, alheios.

Nessa linha de pensamento, Passini (2007, p. 8) afirma que “nas escolas os problemas a serem enfrentados não se acham circunscritos apenas na aprendizagem, mas em tudo que possa legitimar a educação formal”. Desse modo, o trabalho com temas emergentes como diversidade sexual, étnica, religiosa, cultural e as diferenças de gênero, entre outros, no ensino da Geografia na Educação Básica, se faz premente. Para tanto, há

a necessidade de também se fazer uma abordagem desses temas nos cursos de licenciatura em Geografia como forma de dirimir a [...] “nefasta tradição da geografia como criadora de preconceitos” (OLIVA, 2010, p. 39) e como forma de ajudar os futuros professores a serem mais abertos e tolerantes. É necessário trabalhar a sensibilidade e o autoconhecimento para que o futuro professor possa se ver como indivíduo incompleto e em formação; é necessário levá-lo a refletir sobre seus conceitos e preconceitos, possibilitando a transformação do ser individual e egoísta em um indivíduo capaz de enxergar o outro, de se sensibilizar com os dramas alheios e que possa agir na transformação de uma sociedade excludente em uma sociedade inclusiva. Nesse processo, o estágio supervisionado torna-se um momento imprescindível na ajuda da construção de um novo profissional da educação, que tenha uma nova identidade, novos valores, novos saberes e habilidades e que ajude, durante sua atuação profissional, a construir uma escola plural, que aceita e respeita as diferenças e que leve em consideração as várias dimensões da formação humana.

Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre a necessidade de uma ação docente promotora de uma escola voltada para todos e para o trabalho com a diversidade; sobre a importância da inserção da pesquisa no Estágio Supervisionado para a formação de um professor de Geografia crítico, reflexivo e produtor de conhecimento, bem como apresentar os resultados de um trabalho de investigação que buscou conhecer a percepção dos alunos do Estágio Supervisionado II do curso de Geografia Licenciatura de uma instituição de Ensino Superior (IES) pública federal sobre a importância do debate sobre a diversidade presente na escola na formação docente, além das contribuições da introdução da pesquisa no estágio curricular supervisionado.

## Desconstruindo preconceitos

Para ser professor na atualidade não basta apenas transmitir conteúdos ou conseguir transpor didaticamente os conhecimentos científicos em saberes escolares; a profissão docente tornou-se complexa e diversificada. Para ser professor na contemporaneidade, é preciso aprender a ser um pesquisador, um produtor de conhecimentos e, segundo Rodrigues (2006), também é preciso ter a consciência da necessidade de refletir sobre sua ação docente, de que é preciso primar pela aprendizagem de todos os discentes, independentemente de suas necessidades educativas, motivando-os para o aprender. Nesse novo contexto está inserido o professor

de Geografia, já que, segundo Oliveira (1994), um dos maiores objetivos da escola, e também da Geografia, é formar valores de respeito ao outro, respeito às diferenças (culturais, políticas, religiosas, de gênero etc.), combate às desigualdades e às injustiças sociais.

Apesar de todo o movimento em prol de uma educação e de uma escola voltada para todos, ainda presenciamos nas instituições de ensino regular, na maioria das vezes, uma ação docente despreparada para trabalhar com a diversidade. Esse fato se dá, basicamente, pela deficiência da formação inicial, que não consegue qualificar o futuro professor para desenvolver competências para trabalhar com as diferenças. Essa formação também não consegue despojá-lo de concepções e atitudes preconceituosas, construídas historicamente no tratamento dado às pessoas consideradas “diferentes”. Os cursos de formação docente não vêm conseguindo desconstruir, nos futuros professores, percepções distorcidas que acabam gerando, por parte de alguns docentes, ações discriminatórias ou pouco tolerantes. Nesse contexto, o professor se torna a antítese do professor inclusivo, reforçando preconceitos e gerando discriminações. De acordo com Freire (2013), os alunos emitem juízo de seus professores e os usam como exemplo, assim, se ele discrimina alguém ou expressa ideias dessa natureza em sala de aula, ele está multiplicando essa atitude. É natural que o aluno aceite os ensinamentos do professor como verdade, mas é importante que este tenha a consciência de que ele não ensina apenas os conteúdos referentes à sua disciplina escolar, a forma de agir no dia a dia, a maneira como resolve os problemas em sala de aula ou o seu posicionamento diante de algo inusitado, também são formas de educar. Segundo Freire (2013), ensinar exige a corporeificação das palavras pelo exemplo, ou seja, o professor tem o dever de ter ações que estejam em harmonia com o seu discurso.

Diante de uma educação e uma formação docente segregacionista, apesar de toda uma movimentação em prol de uma educação voltada para todos, ainda

Hoje, um dos grandes desafios dos cursos que formam professores é a elaboração de um currículo que venha desenvolver nos acadêmicos competências, habilidades e conhecimentos para que possam atuar em uma escola realmente inclusiva, [...] independente das diferenças que apresentarem, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social. (FREITAS, 2006, p. 176)

Muitos profissionais da educação ainda possuem a concepção de que a escola inclusiva seria aquela destinada a educar as crianças com deficiência. Desmistificando esse ideário, Aranha (2004) afirma que uma escola inclusiva é toda aquela que está

organizada para favorecer a cada aluno um ensino significativo, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Portanto, uma escola inclusiva não é aquela que atende exclusivamente pessoas com deficiência, mas que está aberta a todos, respeitando-os e atendendo aos seus anseios. Nesse contexto, os cursos de formação docente não podem mais se eximir da responsabilidade de promover uma educação voltada para o reconhecimento do outro e pautada no respeito e na tolerância. Não se pode mais conceber um educador que se pensa e se diz democrático e que não dá ouvidos à fala do diferente, que discrimina o diferente só porque ele é diferente. Aprender a escutar o diferente, a cultura diferente, aprender a valorizar o diferente de nós é absolutamente fundamental para o exercício da autonomia. O educador que fecha seus ouvidos à dor, à indecisão, à angústia, à curiosidade do diferente é aquele que mata no diferente a possibilidade de ser. (FREIRE, 1997).

Visando contemplar uma formação docente que esteja apta a trabalhar com a diversidade, o Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) instituiu a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, objetivando a promoção de uma educação que gere mudança e transformação social. A Resolução se fundamenta nos princípios da igualdade de direitos e do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades. A adoção de Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos destina-se a contribuir

[...] para a promoção de uma educação voltada para a democracia e a cidadania. Uma educação que se comprometa com a superação do racismo, sexismo, homofobia e outras formas de discriminação correlatas e que promova a cultura da paz e se posicione contra toda e qualquer forma de violência. (BRASIL, 2013 p.496)

Essa Resolução determina que nos cursos superiores, e isso inclui os de formação docente, deverá haver a introdução da Educação em Direitos Humanos, devendo essa ser contemplada no processo de construção dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior, havendo também a exigência de que o trabalho com essa temática contemple trabalhos de pesquisa e de extensão. Ainda segundo a resolução citada, “a Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais” (MEC/CNE/CP, 2012, p. 2).

Assim, é importante que os cursos de formação docente possibilitem aos futuros professores oportunidades que os ajudem a construir uma postura cidadã, devendo superar preconceitos para uma prática educativa mais humana, pois na atualidade

A educação tem por missão, por um lado, transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e, por outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta. Desde tenra idade a escola deve, pois, aproveitar todas as ocasiões para esta dupla aprendizagem. Algumas disciplinas estão mais adaptadas a este fim, **em particular a geografia** [...]. (DELORS, et. al., 2003, p. 97-98, grifo nosso)

Diante dessa necessidade, pensou-se em levar os alunos do curso de Geografia Licenciatura, que estavam cursando o Estágio Supervisionado II, a desenvolver uma pesquisa que coletasse as impressões dos alunos da escola campo do estágio sobre questões relacionadas ao preconceito e a discriminação de gênero, de orientação sexual e social, como forma não só de conhecerem melhor os alunos da escola no que se refere aos aspectos citados, mas também que levasse os estagiários a refletir sobre seu papel enquanto educador diante da abordagem de temas polêmicos; temas estes que se fazem presentes no contexto escolar e da sala de aula e, portanto, da realidade que irão vivenciar durante sua formação e atuação como professores de Geografia. Assim, concordando com Sayão e Pelizolli (2012), o objetivo dessa ação é transpor a alienação e a indiferença, já que são nessas que se enraízam o quietismo, a imobilidade e o descaso, condição essa que não caracteriza a atuação do professor de Geografia, pois é sua maior função ampliar visões, objetivando estimular a criticidade de seus alunos para que possam perceber o que sempre esteve diante e entre eles, e não se davam conta. Portanto, ainda segundo os autores, é responsabilidade também do professor de Geografia assumir a tarefa maior da educação, que é exatamente a de buscar ampliar consciências, abrindo espaço para o novo, ultrapassando a pequenez de uma visão estreita, limitada e tacanha.

### Realizando pesquisa na escola campo do estágio

Segundo Lüdke e Cruz (2005), na universidade existe a preocupação, mais evidente no discurso do que na prática, com a formação do professor para a pesquisa, e quando ela ocorre nos cursos de Licenciatura, essa não é, em geral, caracterizada por uma preocupação clara com os problemas da escola básica. Nesse mesmo contexto, Malyz (2007) nos lembra que, nas universidades, os alunos dos cursos de licenciatura em

Geografia raramente desenvolvem projetos de pesquisa e nas poucas vezes em que isso ocorre, não há retorno para o colégio, sendo essas pesquisas de caráter pontual, muitas vezes, só apresentadas em eventos acadêmicos nos quais a presença de professores da educação básica não é expressiva.

É importante ressaltar que a

Igualdade de oportunidades, espaços e escolas inclusivas é o lema da contemporaneidade. Nos discursos, é comum relacionar a inclusão como uma condição para a construção da democracia e da cidadania. Escolas abertas às diferenças para todas as necessidades das pessoas é o desejo de muitos educadores e educadoras na atualidade. (PINHEIRO, 2001, p. 191)

Apesar desse desejo dos professores por uma escola que atenda a todos, a produção acadêmica sobre inclusão, ensino e formação de professores de Geografia tem sido pequena. Segundo Pinheiro (2011), há um aumento significativo de publicações que abordam o tema “ensino de Geografia”, mas produções relacionadas ao tema inclusão e à formação desse profissional são poucas. Em levantamento feito entre 1967 e 2006, havia apenas 22 produções acadêmicas (20 de mestrado e 2 de doutorado) sobre inclusão/exclusão no ensino de Geografia. Essas produções se limitaram a apenas 10 Universidades brasileiras. Portanto, a produção sobre inclusão relacionada ao ensino da Geografia tem sido escassa, havendo uma necessidade urgente, nessa área do conhecimento, de trabalhos acadêmicos que abordem a inclusão como tema. (PINHEIRO, 2011).

Ainda no contexto da formação docente, Perrenoud (2000) nos lembra que, para ser um educador na contemporaneidade, é necessário desenvolver a competência de saber enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão, pois não é absolutamente necessário viver em áreas de conflito “para perceber que a verdade, a justiça, o respeito ao outro, a liberdade, a não violência, os direitos do homem e da criança, a igualdade dos sexos são, muitas vezes, apenas fórmulas vazias”, pois, “como prevenir a violência na sociedade, se ela é tolerada no recinto escolar? Como transmitir o gosto pela justiça, se ela não é praticada em aula? Como inculcar o respeito, sem encarnar este valor no dia a dia?” (PERRENOUD, 2000, p. 142). Educadores para contemporaneidade precisam saber prevenir a violência na escola e fora dela, lutar contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais e desenvolver nos alunos o senso de responsabilidade, a solidariedade e o sentimento de justiça. Para tanto, necessitam inserir no seu fazer como indivíduo e como professor o respeito, a tolerância e a justiça, pois, caso contrário, não conseguirão contribuir com a construção de pessoas e de uma

sociedade mais justa (PERRENOUD, 2000). Precisam, também, instituir no seu dia a dia a autoavaliação como busca constante para o enfrentamento de seus preconceitos, sem se deixar tomar pelo medo de encontrá-los e expressá-los, pois, esse é o melhor caminho para destruí-los (SEMENTE, 2012, p. 13). Diante do exposto, como forma de possibilitar a formação de um professor que seja, como afirma Castrogiovanni (2007, p. 44), capaz de “[...] despertar o interesse dos alunos para a resolução dos problemas que a vida apresenta”, reafirma-se a necessidade da pesquisa no estágio das licenciaturas, pois a mesma possibilita a ampliação e a análise dos contextos onde os estágios se realizam, bem como, em especial, cria a possibilidade de os estagiários, a partir das situações vivenciadas, desenvolverem posturas e habilidades de pesquisador, através da elaboração de projetos que permitam aos licenciandos compreender e problematizar as situações que observam (PIMENTA; LIMA, p. 2011).

Desse modo, compartilhando com o pensamento de Delors (et al.2003), Lüdke e Cruz (2005), Malyz (2007), Pinheiro (2011), Perrenoud (2000) e Pimenta e Lima (2011), surgiu a motivação inicial para inserir os estagiários em uma investigação sobre as concepções dos alunos da unidade escolar campo de estágio sobre preconceito e discriminação social, de gênero e de orientação sexual, objetivando levar os estagiários do curso de Geografia Licenciatura a pensar sobre seu papel como agente formador de uma sociedade melhor, preparando-os para serem educadores aptos a enfrentar os desafios colocados por uma sociedade em mudança, estando, assim, comprometidos em serem profissionais engajados na construção de uma nova realidade, através de uma ação educativa humanizadora.

Tendo como um dos focos do trabalho desenvolvido na unidade escolar as observações de Malyz (2007) de que, geralmente, não há retorno para a escola dos resultados dos trabalhos de pesquisa nela desenvolvidos, preocupou-se em apresentar à comunidade da escola campo de estágio os resultados da investigação realizada pelos licenciandos. A apresentação foi feita pelos próprios estagiários envolvidos no projeto aos professores da instituição educacional campo de estágio, em evento pedagógico promovido por ela.

O desenvolvimento da pesquisa proporcionou à escola campo de estágio uma percepção sobre seu alunado que ela não tinha. E aos estagiários, um conhecimento mais aprofundado dos alunos com quem eles estavam tendo contato, saindo, assim, ao menos diante dos temas abordados no trabalho de investigação, da superficialidade existente, na maioria das vezes, na relação estagiário/aluno. Também, ajudou-os no conhecimento de si mesmos e no reconhecimento de seu papel enquanto educadores.

## A pesquisa e suas contribuições para a formação do professor de Geografia

Segundo Castrogiovanni (2007), é importante e necessário que professores e escola se comprometam com uma educação voltada para a cidadania, na qual o aluno, considerando os valores e os padrões culturais da vida e de aprendizagem dos grupos sociais, se engaje em uma teia de justiça social. Para Delors (et al., 2003, p. 152-153), “a importância do papel do professor enquanto agente de mudança, favorecendo a compreensão mútua e a tolerância, nunca foi tão patente como hoje em dia”. Desse modo, para que se efetive uma educação cidadã voltada para todos, se faz necessário um professor que esteja apto a trabalhar com as diferenças. Para tanto, é primordial que os cursos de licenciatura proporcionem oportunidades aos futuros profissionais da educação de refletirem sobre sua história, sua formação profissional e sobre sua ação docente, pois “o professor que não [...] [reduz] sua função às realizações de uma máquina de ensinar ou aos procedimentos burocráticos de um ‘ensinador’, constrói e, sobretudo, reconstrói conhecimentos” (BECKER; MARQUES, 2012, p.13).

A atividade de investigação, desenvolvida durante o Estágio Supervisionado II, teve como objetivo iniciar os estagiários na prática da pesquisa, além de construir, na formação do licenciando em Geografia, a base para que eles possam propiciar a seus futuros alunos uma educação cidadã, razão pela qual lhes foi possibilitado confrontar-se com seus dilemas e preconceitos à medida que desenvolviam a pesquisa.

### Metodologia

Considerando o papel do estágio na perspectiva do desenvolvimento da atividade de pesquisa e na sua contribuição para a formação docente, o trabalho de investigação desenvolvido pelos estagiários do 6º período do curso de Geografia Licenciatura, na escola campo de estágio, foi orientado no sentido de promover a reflexão sobre os valores de liberdade, justiça e igualdade, através do conhecimento de alguns preconceitos e discriminações que se manifestam dentro do contexto escolar.

Os estagiários foram estimulados a participar de todas as etapas da pesquisa: elaboração e aplicação dos questionários, levantamento e análise dos dados e apresentação dos resultados à comunidade escolar. Esse trabalho também foi norteado para levar os licenciandos, através do contato com as percepções dos alunos da escola campo de estágio sobre questões ligadas às diferenças sociais, de gênero e de orientação

sexual, a perceberem a necessidade de reconhecimento e respeito às diferenças, motivando-os a iniciar um processo de reflexão sobre seu papel quanto educador e de agente na superação de preconceitos.

Antes do início do trabalho de pesquisa, foi pedido aos estagiários que lessem textos abordando os temas relacionados à pesquisa na formação docente, a construção de valores, a formação e papel do professor de Geografia e das manifestações de preconceito e de discriminação na escola. A leitura dos textos subsidiou o trabalho de análise dos dados obtidos, momentos esses conduzidos pela Professora Orientadora do estágio supervisionado e por um dos Professores Supervisores da escola campo do estágio. O processo de construção desse trabalho de pesquisa foi enriquecido pelos debates, pela exposição de dúvidas e pelo confronto de ideias e sentimentos, o que levou a reflexões sobre o posicionamento dos próprios estagiários diante das percepções dos alunos da escola pesquisada, sobre questões ligadas ao preconceito e à discriminação.

Para saber as reais contribuições que esse trabalho de investigação proporcionou para a formação dos futuros professores de Geografia, foi feito o acompanhamento do desenvolvimento do trabalho, na busca, primeiramente de conhecer quais eram as percepções dos estagiários sobre os temas (discriminação de gênero, social, geracional e de orientação sexual) abordados no trabalho de pesquisa; posteriormente, avaliar suas reações ao se confrontarem com as respostas dos alunos e, por fim, conhecer que posturas assumiriam como educadores. Para se atingir esse objetivo foram realizados o acompanhamento e a análise da externalização das reflexões dos estagiários sobre os temas abordados na pesquisa, podendo perceber, nesse processo, o confronto de ideias que constituíam sua formação enquanto indivíduo, e a busca de maneiras de lidar com situações de preconceito e discriminação na escola.

Como complemento às observações e para melhor mensurar os resultados desse trabalho, foi aplicado um questionário, sendo ele elaborado pelos coordenadores do trabalho de investigação e constituído por 4 perguntas subjetivas. A opção pelo uso de questões abertas justifica-se pelo fato de permitirem aos “[...] informantes responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 206), portanto, esse tipo de perguntas se mostrou mais apropriado para a busca das informações desejadas, pois esse tipo de abordagem propicia ao entrevistado expressar atitudes e ideias que ajudaram a conhecer os resultados do trabalho desenvolvido.

Considerando a explicitação da fala dos sujeitos envolvidos na pesquisa, a apreciação dos dados foi realizada através da análise do conteúdo e categorização. Segundo Bardin (1977, p. 37), a análise de conteúdo é “[...] um conjunto de técnicas de

análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. A análise de conteúdo, segundo Moraes (1999) citado por Santos, Soares e Fontoura (2004, p. 1), “[...] ajuda o pesquisador a reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão mais aprofundada destas”. Assim, frente a esse referencial, buscou-se elencar subsídios e reflexões sobre a concepção dos licenciados no tocante a importância da pesquisa na formação docente.

Para Bardin (1977, p. 111), “as categorias são [...] classes, que reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.” Para Lüdke e André (1986, p. 43), “não existem normas fixas nem procedimentos padronizados para a criação de categorias [...]”, mas Guba e Lincoln (1981 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986) estabelecem alguns critérios que ajudam no processo de categorização. São eles: a) avaliar a existência de aspectos recorrentes – os aspectos que aparecem e reaparecem com certa regularidade são a base para o primeiro agrupamento da informação em categoria; b) avaliar do conjunto inicial de categorias – as categorias devem refletir os propósitos da pesquisa e c) atender aos critérios de homogeneidade interna, heterogeneidade externa, inclusividade, coerência e plausibilidade. As categorias podem ser apriorísticas e não apriorísticas. Para Campos (2004, p. 614) “Se apriorística, o pesquisador de antemão já possui, segundo, experiência prévia ou interesses, categorias pré-definidas. Geralmente de larga abrangência e que poderiam comportar subcategorias que emergissem do texto.” A categorização apriorística utilizada neste trabalho permitiu, dentro das categorias elaboradas, criar subcategorias que emergiram das respostas dos estagiários.

No processo de categorização houve o cuidado de valorizar toda a variedade e riqueza de informações encontradas nos discursos dos sujeitos. Buscou-se nesse processo manter as denominações o mais próximo possível da linguagem utilizada pelos estagiários, respeitando o mais possível a semântica dos seus discursos. A categorização foi realizada considerando apenas uma referência do sujeito nos casos em que a ideia surgia repetida, e a sua classificação em uma determinada categoria ou subcategoria não se encontra repetida em outra categoria ou subcategoria. A estrutura final da categorização está apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Análise temática e Categorical

Tema	Categoria	Subcategoria
Contribuições da Pesquisa na Formação Docente	1. Prática Docente	1.1. Participação docente na formação de valores.
		1.2. Conhecimento dos valores éticos e morais dos alunos.
		1.3. Aprendizado/importância da pesquisa.
		1.4. Necessidade de constante atualização profissional.
		1.5. Valorização da profissão.
	2. Postura Cidadã Pessoal e Profissional	2.1. Compreensão da área de atuação profissional.
		2.2. Repensar a postura profissional.
		2.3. Questionar os valores pessoais.
		2.4. Percepção do professor como pesquisador.
	3. Formação Pessoal e Profissional	3.1. Entendimento/compreensão da realidade.
		3.2. Ação profissional com justiça e sem preconceito.
		3.3. Ampliação da visão de mundo.
		3.4. Respeito às ideias do outro.
	4. Repensar Conceitos	4.1. Aceitação das diferenças/orientação sexual.
		4.2. Despertar para a realidade/consciência crítica.
		4.3. Respeito aos menos favorecidos.
		4.4. Reafirmou concepções/Consciência cidadã.
		4.5. Rechaçar preconceitos pessoais.

## Resultados da Pesquisa

As perguntas feitas aos estagiários foram: 1) Participar da pesquisa proporcionou a você um novo olhar sobre a prática docente? Por quê? 2) O envolvimento com a pesquisa ajudou você a repensar sua postura enquanto cidadão e futuro professor? Por quê? 3) Para você qual a importância dos temas abordados na pesquisa para a sua formação pessoal e profissional? 4) Participar da pesquisa fez você repensar seus conceitos sobre alguma temática abordada na pesquisa? Qual e que mudança provocou em você?

Para a primeira questão foi possível obter respostas como:

“Sim, pude perceber o quanto é fundamental a participação de um educador no processo de formação social dos alunos.” (A1).

“Sim, pois esta pesquisa me possibilitou a oportunidade de aprender a fazer um trabalho de pesquisa, o que até então ninguém havia feito.” (A2).

“Sim. Porque através da participação na pesquisa pude verificar as inúmeras concepções dos alunos questionados a respeito dos valores éticos, morais existentes no seu meio social.” (A3).

“Sim, por me colocar em contato direto com a realidade da profissão, passando a valorizá-la mais ainda [...]” (A7).

As respostas obtidas demonstram que o trabalho de investigação contribuiu para a educação de um professor pesquisador e para despertar, nos estagiários, a percepção da importância da atuação docente como agente promotor de uma sociedade mais igualitária, além de ter sido, de fato, um importante instrumento de conhecimento dos estagiários sobre os alunos da escola campo do estágio.

Quando inquiridos sobre o envolvimento deles na pesquisa e se essa havia ajudado a repensar sua postura enquanto cidadão e futuro professor, segunda pergunta, foram dadas respostas como:

“Sim. Vivenciar todo o processo de realização da pesquisa foi bastante proveitoso, pois tive a nitidez de que, enquanto cidadãos, devemos conviver em sociedade respeitando o próximo e como professor devemos ter a mesma postura. Assim, a pesquisa ajudou a reafirmar essa ideia quanto a minha postura como docente.” (A4).

“Sim, a pesquisa mostrou que o futuro docente deve sempre se autoavaliar antes de proceder em sala de aula, pois não basta ser coerente com educação, é preciso dar exemplo. Pensando nisso, vejo-me como um pesquisador não apenas dos conteúdos a serem repassados de forma reflexiva aos alunos, mas um pesquisador das melhores ações dentro da sociedade, levando em consideração o desejo de promover ideias e atitudes recíprocas de boa educação entre os alunos que futuramente irei ensinar.” (A6).

“Sim. Até então ainda não havia atentado para essa visão mais ampla do papel do professor [...]” (A8).

“Sim, porque me mostrou que ser professor não é apenas trabalhar os conteúdos propostos, mas também problematizar questões sociais cotidianas, indispensáveis à formação cidadã.” (A11).

As respostas dos estagiários reafirmaram a necessidade de trabalhos que os levem a ampliar sua visão sobre o que é ser educador, pois “o professor deve estar intimamente convencido de que não se afasta do essencial quando ataca os preconceitos e as discriminações observados ou referidos em aula” (PERRENOUD, 2000, p. 149), tendo em vista que a ação docente é fundamental para desenvolver a cidadania, através do desenvolvimento, nos alunos, de uma postura ética e reflexiva.

Na terceira pergunta, os estagiários foram indagados sobre qual seria a importância dos temas abordados na pesquisa para a sua formação pessoal e profissional. As respostas obtidas mostraram que o trabalho de investigação oportunizou aos estagiários a reflexão sobre seu papel enquanto cidadão e futuro educador. Eis algumas delas:

“Achei importante perceber como os jovens veem os temas sociais e como repercutem entre eles. Através da pesquisa refleti sobre assuntos que ainda não tinham despertado interesse.” (A2);

“[...] os temas abordados na pesquisa, reforçaram ainda mais a visão de que [...] nós, enquanto futuros profissionais da educação, devemos saber lidar com esse universo de inúmeras concepções presentes no ambiente escolar.” (A3);  
 “Os temas mostram a realidade existente na sociedade e, [...] como educador, [...] devo saber usar esse conhecimento para superar os meus preconceitos, e dos futuros alunos que estarão sob a minha responsabilidade.” (A6);  
 “Mais consciência sobre como lidar com os temas citados na vida pessoal e profissional.” (A9).

Os resultados foram bastante positivos, pois foi possível perceber, nas respostas dos estagiários, um repensar de sua formação enquanto indivíduo e uma maior consciência e preocupação em relação a sua postura enquanto professor, já que todo educador necessita ter a consciência de que “lutar contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais na escola não é só preparar o futuro, mas é tornar o presente tolerável e, se possível, fecundo” (PERRENOUD, 2000, p.147). Assim, todo educador necessita assumir uma postura ética, não se silenciando no tocante às questões ligadas ao preconceito, à discriminação e à violência na escola, pois essa deve ser um espaço para a construção de padrões democráticos, e o professor é peça chave nesse processo.

Por último buscou-se saber se participar da pesquisa teria feito os estagiários repensarem seus conceitos sobre alguma temática abordada e se a participação no trabalho de investigação teria provocado alguma mudança neles. Para esse questionamento houve respostas como:

“Sim, um tema que me sensibiliza muito é a desigualdade e o preconceito de qualquer cunho que seja. O preconceito em relação a homossexuais infelizmente é algo que presenciamos diariamente, ainda mais no ambiente escolar. Como futura educadora, a pesquisa me ajudou a ter mais vontade ainda de combater esse tipo de preconceito nesse ambiente tão complexo e delicado.” (A1);  
 “Sim. Principalmente no que diz respeito a imagem da mulher que muitas vezes é banalizada [...]” (A12);  
 “Sim, [...]. Está pesquisa foi de grande valia para mim, me fez acordar [...] e enxergar tantas coisas, que nem presto atenção.” (A2);  
 “Não tive de repensar, apenas reafirmei a consciência da importância de tratar esses temas em sociedade.” (A9).

Está entre os objetivos do ensino da Geografia na Educação Básica, fazer com que o aluno seja capaz de posicionar-se “[...] contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais” (BRASIL, 1998, p.69). Para tanto, os professores de Geografia devem ser preparados, em sua formação inicial, para saber lidar com a diversidade humana, respeitando-a e valorizando-a. As respostas dos estagiários nos mostram que o trabalho de investigação desenvolvido na escola não só despertou, mas

reafirmou, nos futuros professores de Geografia, a percepção de seu papel social como cidadãos e educadores.

## Considerações Finais

A escola no século XXI ganha importância como elemento de combate à discriminação e ao preconceito, e a Geografia enquanto disciplina escolar amplia seu papel na formação cidadã devido ao seu campo de atuação e à sua função de educar indivíduos para serem críticos, reflexivos e autônomos. Mas, formar professores para a contemporaneidade exige uma sólida formação inicial e uma formação continuada voltada para a autoavaliação, elementos de retomada de conceitos e estruturação de novos conhecimentos. Aos cursos de licenciatura cabe proporcionar ao futuro professor a possibilidade de relacionar teoria e prática, com o intuito de formar docentes conectados com a realidade em que irão exercer sua profissão.

O professor contemporâneo deve ser capaz de promover a inclusão, partindo do conceito de que inclusão não se restringe a crianças com deficiência, mas é uma necessidade de todos. Para isso, ele deve aprender a se conhecer, exercitar a tolerância e combater o preconceito. Nesse aspecto, a formação inicial deve priorizar em seu currículo disciplinas ou práticas disciplinares que promovam a reflexão do fazer pedagógico e do agir como professor inclusivo.

O profissional que se autoavalia e consegue retomar seu fazer pedagógico com melhorias é, sem dúvida, um profissional capaz de produzir conhecimento, pois ele reflete e transforma a sua práxis. Esse é o indivíduo capaz de se tornar um agente de mudança para si e para os seus alunos.

Introduzir a prática da pesquisa no desenvolvimento das disciplinas de formação de professores é necessário para que o aluno e futuro professor tenha contato com a produção de conhecimento desde sua formação inicial, aprendendo que a observação e a análise do seu ambiente de trabalho, espaço rico de conhecimento e de problemas que precisam ser trazidos à tona e socializados, podem ser objetos de pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa dentro do estágio supervisionado se mostrou uma ferramenta importante para ajudar a preparar os futuros professores para trabalhar com situações de preconceito e discriminação no contexto escolar. Pois, na contemporaneidade, a escola requer mais que um docente especialista em conteúdos, um transmissor de saberes acumulados desvinculados da realidade do aluno e do

contexto social; ela necessita de um professor que expresse em seu fazer pedagógico a dimensão humana. A sensibilidade na atuação do professor pode ser a diferença entre a aflição e a esperança. Nesse contexto, a educação do professor de Geografia precisa também se voltar para o trabalho com valores e princípios éticos, pois, só assim, poderá preparar profissionais que façam a diferença, contribuindo com a formação cidadã e a construção de um mundo melhor.

A investigação feita com os estagiários demonstrou que, após realizarem a pesquisa na escola campo de estágio, os licenciandos passaram a valorizar mais a profissão docente; ampliaram o olhar sobre o papel do professor, indo além do ministrar conteúdos; perceberam a necessidade de conhecer seus alunos e de melhor entender suas peculiaridades; bem como favoreceu que percebessem a necessidade de uma constante atualização e aprimoramento profissional. Ao mesmo tempo, os estagiários despertaram para a importância da pesquisa no enriquecimento do seu fazer pedagógico e na busca de uma identidade profissional que o coloque em sintonia com a realidade educativa do século XXI. Além disso, alguns iniciaram um processo de revisão dos conceitos e de combate aos próprios preconceitos, enquanto outros reafirmaram a consciência da necessidade de se lutar contra ideias preconcebidas que transformam professores em reprodutores da segregação social em sala de aula. O trabalho levou a uma nova forma de pensar dos estagiários, voltada para uma postura pessoal e profissional mais cidadã.

Nesse sentido, o resultado da investigação demonstrou que o estágio associado à pesquisa contribuiu com o processo de formação docente, sendo possível, através dela, introduzir princípios direcionados ao combate à discriminação, ao desenvolvimento de uma práxis profissional voltada para a inclusão e a uma ação de autoconhecimento e de autoavaliação que os permitiu reconhecer e se defrontar com seus preconceitos, promovendo um repensar de suas ações.

### Referências Bibliográficas

ARANHA, Maria Salete Fábio. (org.). **Educação inclusiva: a escola**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2004. vol. 3.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições setenta, 1977.

BECKER, Fernando; MARQUES, Tania. B. I. (Orgs). **Ser professor é ser pesquisador**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BELL, Judith. **Como realizar um projeto de investigação**. Lisboa: Gradiva, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: MEC, 1998.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, set./out., 2004.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de geografia na pós-modernidade. In: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; KAERCHER, Nestor André. (Orgs). **Geografia**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 35-47.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estágio supervisionado na formação docente. In: LISITA, Verbena Moreira. et al. (Orgs.). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 113-122.

DELORS, Jacques. et. al. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório da UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. 8. ed. São Paulo: Cortez/MEC, 2003.

DEMO, Pedro. Universidade e Pesquisa: Agonia de um Antimodelo. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 5, p. 17-33, dez., 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/viewFile/14498/13279>>. Acesso em: 17 de maio 2016.

\_\_\_\_\_. **Educação e Qualidade**. 3. ed. Campinas: Papirus Editora, 1996.

FIRMINO, Simone Gomes; MORAES, Fernando Aparecido de. A pesquisa no estágio, o projeto de intervenção pedagógica e a escola: interfaces necessárias. In: IV EDIPE – ENCONTRO ESTADUAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, **Anais...** Goiânia, maio 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 46. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

\_\_\_\_\_. **Na voz do mestre, alguns saberes necessários à prática docente**. Série Projeto Político-Pedagógico da Escola. 1997. Disponível em: <[http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod\\_Entrevista=70](http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=70)>. Acesso em: 13 de maio de 2015.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e exclusão: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006, p. 161-181.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazó Afonso. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto da. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol. 35, n. 125, p. 81-109, maio./ago., 2005.

MALYZ, Sandra T. Estágio em parceria universidade-educação básica. In: PASSINI, Elza Yasuko. **Práticas de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo, Contexto, 2007, p. 16-25.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTON, Ference. Phenomenography – Describing conceptions of the world around us. **Instructional Science**, Amsterdam, vol. 10, p.177-200, 1981.

\_\_\_\_\_. Phenomenography: A Research Approach to Investigating Different Understandings of Reality. **Journal of Thought**, São Francisco, Vol. 21, n. 3, p. 28-49, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO [MEC/CNE/CP]. **Resolução Nº 1, DE 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <[http://arquivo.campanhadeducao.org.br/semana/2012/Resolucao1\\_30maio2012\\_DiretrizesEducacaoDH.pdf](http://arquivo.campanhadeducao.org.br/semana/2012/Resolucao1_30maio2012_DiretrizesEducacaoDH.pdf)>. Acesso em 22 de set. 2014.

OLIVA, Jaime Tadeu. Ensino de Geografia: um retardo desnecessário. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. et al. (Orgs.). **A Geografia na sala de Aula**. 8. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 34-49.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1994.

PASSINI, Elza Yasuko. **Práticas de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo, Contexto, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PINHEIRO, Antônio Carlos. Inclusões Sociais no currículo da Geografia: apontamentos sobre a produção acadêmica de 1967 a 2006. In: TONINI, Ivaine Maria et al. **O ensino da geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre, UFRGS, 2011, p. 191-204.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, David. Dez idéias mal feitas sobre educação Inclusiva. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006, p. 299-318.

SANTOS, Jefferson Rodrigues; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. Análise de Conteúdo: a pesquisa qualitativa no âmbito da Geografia Agrária. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 24, **Anais...** Santa Cruz do Sul, 2014.

SAYÃO, Sandro; PELIZOLLI Marcelo L. Fundamentos dos direitos humanos e educação para a diversidade. In: SEMENTE, Márcia (Org.). **Educação em direitos humanos e diversidade**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

SEMENTE, Marcia Alves (Org.). **Educação em direitos humanos e diversidade**. Recife: Editora Universitária, 2012.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa e educação de professores. In: PONTUSCHKA, Níbia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Orgs.). **Geografia em Perspectiva**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 109-114.

Recebido em 12 de setembro de 2015.

Aceito para publicação em 01 de março de 2016.